



EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA COMO CAMPOS DE DISPUTA HEGEMÔNICA

Dilma Cardoso Pereira

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura do campus Universitário do Tocantins/Cametá/UFPA, turma 2017.

Dorielson do Carmo Rodrigues Gaia

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura do campus Universitário do Tocantins/Cametá/UFPA, turma 2017.

Geanice Raimunda Baia Cruz

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura do campus Universitário do Tocantins/Cametá/UFPA, turma 2017.

RESUMO: Esse artigo tem como objetivo discutir sobre Educação e Democracia no campo hegemônico que constitui uma disputa nas diferentes esferas da vida, que estabelecem as relações sociais, estritamente baseadas numa fervorosa disputa de interesses de classes. A pesquisa desenvolvida foi bibliográfica, realizada a partir de levantamento de livros e artigos sobre a discussão em educação e democracia no contexto da sociedade capitalista. A construção da democracia em nosso país é resultado de um processo em construção, que ora avança, ora retrocede, mas nunca sem luta.

Palavras Chaves: Educação. Democracia. Disputa hegemônica.

Introdução

Esse artigo tem como objetivo discutir o processo de disputa hegemônica na área da educação e da democracia frente os desafios de avançar em questões que envolvam acesso das políticas educacionais na ampliação das oportunidades enquanto direitos como fatores preponderantes para a redução das desigualdades sociais.

A articulação das políticas educacionais, desde a legislação que a regulamenta, passando pela confecção dos conteúdos educativos das plataformas curriculares, a lógica da mensuração e monitoramento de resultados e os processos de formação de professores; tudo, historicamente constitui um campo de disputa hegemônica, como, aliás, as diferentes esferas que constituem a vida e estabelecem as relações sociais, estão estritamente baseadas numa fervorosa disputa de interesses de classes.



Nosso propósito neste breve ensaio é ensinar sobre nossa compreensão de homem e suas múltiplas relações e práticas sociais, bem como, evidenciar as formas de compreensão da função social dos diversos processos educativos e da democracia na produção e reprodução das relações sociais, sobre tudo os que propunham a obstacularização de uma compreensão pela classe trabalhadora e de um mascaramento imposto pelas elites dominantes no sentido de naturalizar as relações sociais de produção capitalista como algo inabalável, imutável e inquestionável.

Educação e democracia em processo de disputa na sociedade capitalista

A escola reprodutivista, que é a concepção pedagógica hegemônica na sociedade capitalista e que orienta-se por princípios mercantilistas, onde tudo é mercadoria e consumo, pauta-se em ideais burgueses e do capital. Não obstante as tentativas, bem sucedidas, das classes dominantes para impor a alienação as classes dominadas, as escolas reprodutivistas do capital são artífices da inexorável dualidade na educação, ou seja, aos filhos da classe trabalhadora é destinado um modelo de educação, aquela voltada para o trabalho nas fabricas, já os filhos das classes dominantes trilham seu caminho por uma escola onde os processos educativos são mais completos, uma educação voltada a formação intelectual. As elites pensam e os trabalhadores executam e assim se mantem o *status quo* da sociedade capitalista.

Nesse sentido, nos propomos falar das teorias capitalistas recentes, sobretudo as do final do século XX mais adiante, antes é preciso abordar que o modelo de mundo e de educação pensada pela sociedade capitalista nos remete ao momento em que se rompia com a lógica de dominação feudal e se construía as bases para a emergência da burguesia enquanto classe social dominante, e é no pensamento dos filósofos liberais do séc. XVII, XVIII e XIX que constatamos a formulação dos ideais que preconizam a formação do modelo educacional e de democracia que temos hoje como majoritário. Vale ressaltar que os apologetas do pensamento liberal burguês assemelham-se tanto no

pensamento educacional como em seus ideais sobre democracia, o que favoreceu a perpetuação do modo de produção capitalista, que tem sua existência pautada num processo produtivo que explora as forças de trabalho, acumula renda e bens nas mãos de



uma quantidade cada vez menor de indivíduos e deturpa os processos de educação e qualificação humana preparando um enorme e obsoleto exército de trabalhadores “munidos” da chamada personalidade produtiva.

Como resultado desse acabrunhador processo temos um mundo onde se produz riquezas em quantidade imensuráveis, onde informações circulam na velocidade de um piscar de olhos e onde a fome, a miséria, o desemprego e as violências nas cidades e no campo crescem, assustadoramente numa proporção ainda maior.

A elevação do mercado a categoria de divindade acabou impondo as economias dos países periféricos um processo ainda mais agudo de subserviência ao capital das grandes potências econômicas. Portanto, viver neste planeta hoje significa se dar conta que vivemos sob amálgama de um modelo de produção cada vez mais eficiente em fazer para a acumulação e desastroso no que diz respeito ao compartilhamento, à distribuição, à socialização. Libâneo (2010) apoiado em Assmann (1994) nos ilustra muito bem esse paradigma de desigualdades:

...as empresas transnacionais trabalham com a perspectiva de 700 milhões a 1 bilhão de consumidores potenciais com apreciável poder aquisitivo. Considerando que o mundo tenha de 6,5 a 8 bilhões de habitantes, o recorte da clientela para a qual se planeja a economia corresponde a 10% da população mundial. Ou seja, a maioria da população dos países, especialmente os mais pobres, incluindo o Brasil, perdeu a relevância econômica e, certamente, entra na lista dos excluídos. (LIBÂNEO, 2010, p. 19)

A naturalização da exclusão, a negação de direitos básicos de sobrevivência, a transformação da educação de um direito básico para um serviço, uma mercadoria e o sistemático indeferimento de direitos da classe trabalhadora (FRIGOTTO, 1996) identifica várias características de um processo de recomposição do capitalismo, que ao mergulhar em mais uma de suas profundas crises impõe sacrifícios cada vez mais dolorosos as populações mais pobres do globo, o que é um sintoma dos mais evidentes que a economia mundial necessita de reformulações urgentes, além de reafirmar que a tão sonhada equalização social entre os povos através de maiores investimentos em educação sempre se constituiu em uma grande falácia.

Nesta ótica de releituras permanentes dos caminhos do mundo, é sempre importante lembrar que muito pouco ou quase nada mudou no que diz respeito a



arquitetura da sociedade classista, excludente e servil do feudalismo para os parâmetros capitalistas da sociedade atual. Sobre tal pressuposto Frigotto (2003) analisa que,

[...] ao contrário do que postula o ideário liberal clássico, o longo processo de passagem do feudalismo para o sistema capitalista não representou a superação de uma sociedade marcada pela opressão, servilismo e desigualdade de classes por uma sociedade livre e igualitária. A superação do servilismo e da escravidão não foram pressupostos para a abolição da sociedade classista, mas condição necessária para que a nova sociedade capitalista pudesse, sob uma igualdade jurídica, formal, e portanto, legal (certamente não legítima), instaurar as bases das relações econômicas, políticas e ideológicas de uma nova sociedade de classes (p. 27)

Mas o processo de disputa hegemônica se manifesta também pela batalha das ideias acerca da apropriação dos conceitos democráticos e lutas políticas. A burguesia liberal no período da transição do feudalismo para o capitalismo resistiu o quanto pôde à ideia de uma sociedade baseada em princípios democráticos (COUTINHO, 2002, p. 14). A história demonstra que houve épocas, com veremos logo mais, nas quais o liberalismo apresentava-se francamente contra a democracia, ou seja apresentava-se como alternativa a ela, só muito depois, no alvorecer do século XX os liberais começam assumir a democracia e passam a incorporá-la em seus discursos, mas reduzindo-a, minimizando-a, empobrecendo claramente suas determinações, concebendo-a de modo claramente redutiva.

Na prática, sempre houve grande resistência por parte da classe dominante para aceitar a democracia e as resistências se manifestavam na proibição ou negação dos direitos políticos, como o direito de organização sindical – sempre em nome da liberdade de mercado -, o direito a greves ou organização de partidos políticos, a proibição do exercício do voto para as mulheres e assalariados. Na percepção liberal burguesa a democracia era algo inevitável, entretanto, perigosa. O filósofo brasileiro Carlos Nelson Coutinho, argumenta que ao longo do século XIX vários brilhantes pensadores liberais corroboraram com tal afirmação um deles foi Alex Tocqueville que dizia:

A igualdade de condições, o fato de os indivíduos sejam equalizados nas condições materiais de vida e se sintam como iguais, isso é uma lei, um desígnio divino, é uma coisa que nós não podemos impedir que ocorra,

mas isso pode levar ao despotismo. Quando todos são equalizados, quando não há mais diferença entre homens, eles terminam por obedecer, todos a um déspota e se forma uma “tirania da maioria”. A igualdade



limita a liberdade. Então, a democracia é inevitável, mas é algo em si negativo. [...] O modo de impedir a transformação da democracia em despotismo é manter as liberdades individuais, os direitos privados [...] (COUTINHO, 2002, p.13)

Dessa maneira, Coutinho expõe os limites do ideário liberal-burguês, sempre se amedrontando com a possibilidade da classe proletária se vestir com os adornos de ator político. Para Carnoy (1988) é possível, porém, ampliar a democracia numa sociedade capitalista, através da luta de classes, as formas democráticas são tanto um instrumento quanto um perigo para a burguesia. Embora possam ser usadas para criar ilusões, podem também se tornar o meio pelo qual as massas venham a deter o poder, e a democracia, exercida através do sufrágio universal passa a ser a arma mais importante de emancipação da classe trabalhadora, e junto com ela, vieram inúmeras conquistas da classe trabalhadora em todos os continentes do mundo, como, a conquista da participação política, direitos trabalhistas, respeito as diferenças, luta contra a escravidão e preconceito, melhorias das condições de trabalho e salários, defesa do meio ambiente, entre tantas outras.

Considerações finais

A lógica imposta pelo capital naturaliza uma relação de subordinação do homem às forças produtivas. Esse processo, que segundo Frigotto (2003) é cercado de sutilezas e artifícios, e é sustentado pelo campo ideológico, onde a natureza das relações sociais se manifesta como imutável e pelo campo político-jurídico no falseamento de um discurso de igualdade e liberdade entre as nações e os indivíduos.

Não obstante ao processo de exploração vilipendiado pelas forças dominantes, Frigotto (2003, p.28) nos esclarece que a explicitação da natureza classista, excludente e alienadora da sociedade, numa perspectiva crítica, atual e radical, encontra aporte na obra de Marx e aqui também o pedagogo brasileiro nos situa de maneira inequívoca sobre a maneira como “o papel social da educação, especificamente da relação entre os processos de produção e os processos educativos ou de formação humana, vem marcada por concepções conflitantes e, sobretudo, antagônicas”(p.29). Este pensador nos proporciona uma excelente reflexão sobre a natureza histórica desse embate que nos permite a apreensão de um entendimento necessário a respeito do projeto societário que



alçou a educação ao *status de capital humano*, componente peculiar para o sucesso da agenda do conservadorismo predominante. Nesta perspectiva:

A educação e a formação humana terão como sujeito definidor as necessidades, as demandas do processo de acumulação de capital sob diferentes formas históricas de sociabilidade que assumir. Ou seja, reguladas e subordinadas pela esfera privada e à sua reprodução. (FRIGOTTO, 2003, p.30)

Ceder a esta perspectiva, segundo este pensador e militante, e render-se a esta visão reducionista é abrir mão do sentido mais abrangente da educação, a educação no seu sentido etimológico. Subordinar a educação a fator de mercado e ao caráter reprodutivista das relações de acumulação do capital é também impedir a construção do homem nas suas múltiplas dimensões que determinam suas práticas históricas e sociais e entrelaçam o devenir das relações sociais da humanidade com a natureza, o conjunto das relações sociais e os embates de classes.

A ascensão da burguesia como classe dominante não significou naquele nem em outros momentos a melhoria no modo de vida das demais classes sociais, uma vez que os privilégios, o conservadorismo e o rancor sempre estiveram presentes, sobretudo nos momentos que a classe subalterna ensaia movimentos de rupturas e engaja-se na busca de alternativas de construção de mecanismos de saída para um mundo com menos desigualdades e garantia de direitos individuais e coletivos.

Referência Bibliográfica

CARNOY, Martin. **Marx, Engels, Lênin e o Estado**. In: Estado e teoria política. São Paulo: Papyrus, 1994.

COUTINHO, Carlos Nélon. 1943. **Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios**. 2. ed. - São Paulo: Cortez; 1996.

COUTINHO, Carlos Nelson. **A democracia na batalha e nas lutas políticas do Brasil de hoje**. In: FÁVERO, O & SEMERARO, G. (orgs.) Democracia e Construção do Público. Petrópolis: Vozes, 2002. pp. 11 – 39.

LIBÂNEO, José Carlos. **A deus Professor, Adeus Professora?** Novas exigências educacionais e profissão docente. Cortez Editora, 2015



IX FIPED

IX FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA 2017
III SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA
EDUCAÇÃO • RESISTÊNCIA • LIBERDADE
08 a 11 de novembro de 2017

Desafios pedagógicos de uma sociedade em transe

ABAETETUBA-PA



FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e construção democrática no Brasil**. In: FÁVERO, O & SEMERARO, G. (orgs.) Democracia e Construção do Público. Petrópolis: Vozes, 2002. pp. 53 – 67.

HORA, Dinair Leal da. **Democracia, Educação e Gestão Educacional na Sociedade Brasileira**. In: HORA, Dinair Leal da; SANTOS, Terezinha de Fátima Andrade Monteiro dos Santos (Orgs.). Políticas Educacionais e Gestão Educacional. Campinas, SP: Editora Alínea, 2014.

SOUSA JR., Justino de. **Marx e a crítica da educação: da expansão liberal-democrática à crise regressivo-destrutiva do capital**. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2010. Capítulo III e IV.